

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO BRASIL: DOS ANOS 60 AOS NOSSOS DIAS

COMMUNAL EDUCATION AND PERFORMANCE OF CITIZENSHIP IN BRAZIL: FROM THE 60'S TO THE PRESENT

EDUCACIÓN COMUNITARIA Y EJERCICIO DE CIUDADANÍA EN BRASIL: DE LOS AÑOS 60 A NUESTROS DÍAS

Maria Lúcia Jannuzzi Machado

Doutora em Educação pela UFRJ. Professora das Faculdades Integradas Bennett/RJ, CES/JF/MG, da UNINCOR/MG, das Faculdades Pio Décimo/SE, Machado Sobrinho/MG e FACCO/MG. Diretora Pedagógica do PRISMA – Grupo de Ação Educacional, de Juiz de Fora/MG

• Resumo

O artigo focaliza considerações que articulam a educação à cidadania e os mecanismos do poder que contribuem para a exclusão de grande parte da população da participação política no Brasil, nos últimos quarenta anos. Chama a atenção para experiências já vivenciadas como cenário das contradições da sociedade brasileira e as opções que se abrem aos cidadãos envolvidos no processo educacional. Apresenta a educação comunitária como um desafio que exige competência e compromisso, como uma das possíveis vias de sensibilização dos excluídos da participação política para o exercício da cidadania consciente e não como um jogo retórico vazio de sentido. Procura estimular o educador e os educandos a desvelarem as faces e formas utilizadas pelo poder para neutralizar, cooptando, conciliando ou desmobilizando, as lutas pela conquista da cidadania plena.

Palavras-chave: Educação comunitária. Cidadania. Exclusão. Participação.

• Abstract

The article focuses on considerations that articulate education to citizenship and the mechanisms of power that contribute to the exclusion of a large number of people from taking part in the politics of Brazil in the last forty years. It draws attention to experiences already undergone as a scenario of the contradictions of Brazilian society and the options that are opened to citizens involved in the educational process. It presents communal education as a challenge that requires competency and commitment, as one of the possible means to bring those excluded from political participation to exercise a conscious citizenship rather than a meaningless rhetorical game. It tries to stimulate the educator and the educatee to unveil the faces and forms used by the power to neutralise, by co-opting, conciliating or demobilising the struggles to conquer the full citizenship.

Keywords: Communal education. Citizenship. Exclusion. Participation.

• Resumen

El artículo se centra en consideraciones que articulan la educación para la ciudadanía y los mecanismos del poder que contribuyen a la exclusión de gran parte de la población de la participación política en Brasil en los últimos 40 años. Llama la atención hacia las experiencias ya vividas como escenario de las contradicciones de la sociedad brasileña y las opciones que se abren a los ciudadanos involucrados en el proceso educativo. Presenta la educación comunitaria como un desafío que exige competencia y compromiso, como una de las posibles vías de sensibilización de los excluidos de la participación política para el ejercicio de la ciudadanía consciente y no como un juego retórico vacío de sentido. Busca estimular al educador y los educandos a revelar las faces y formas utilizadas por el poder para neutralizar, cooptando, conciliando o desmovilizando las luchas por la conquista de la ciudadanía plena.

Palabras-clave: Educación comunitaria. Ciudadanía. Exclusión. Participación.

No início dos anos 60, grupos representativos da sociedade brasileira sonharam projetos alternativos de mudança social para o Brasil. Acreditavam na viabilidade da edificação de uma sociedade humanizada, caracterizada pela igualdade de oportunidades, capaz de superar os problemas do capitalismo e de ultrapassar os impasses do socialismo, na qual fosse possível a todos os brasileiros o exercício da cidadania consciente e responsável. Ignoravam a correlação de

forças políticas - o jogo do poder - que, de forma sutil, desarticulava (e ainda desarticula) toda tentativa de criação de uma pedagogia de participação popular.

Julgavam compreender as aspirações e os interesses concretos das classes populares, preocupavam-se com o fenômeno da introjeção da consciência dominadora na consciência oprimida, denunciada por Paulo Freire e desejavam uma Educação que atuasse com ação cultural libertadora.

A EXCLUSÃO DA CIDADANIA

Quarenta anos depois, ainda permaneciam inúmeras questões sem respostas satisfatórias, capazes de explicar a exclusão das classes populares da cidadania, da participação política. Vários dirigentes políticos, nas últimas décadas, em proclamações solenes, justificaram a exclusão da cidadania com a tese da imaturidade política do povo. O direito à participação era prometido, desde que o povo tivesse aprendido a ser cidadão consciente, racional e socializado.

A história do pensamento e da prática política tem revelado a frequência da tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania: os longos períodos de negação da participação são justificados porque o povo brasileiro ainda não está preparado, educado, para o exercício da cidadania responsável. O que vem diferenciando, neste particular, as elites autoritárias das liberais é que estas se manifestam a favor de educar as camadas populares para, um

dia – não se sabe quando – participarem; talvez o dia em que essas elites as julgarem capacitadas.

Pouco se discute sobre o contexto da correlação de forças políticas para a manutenção do poder no Brasil, embora se perceba claramente que a exclusão do povo do direito à cidadania em muito auxilia aquela manutenção de poder.

No momento em que são implantados os Projetos Político-Pedagógicos nas Instituições de ensino superior e está sendo concluída a construção coletiva do Projeto Pedagógico de cada curso superior por elas oferecido, torna-se necessário pensar profundamente a vinculação tão estreita entre a educação e a participação política da população para se entender em que medida a forma como vem sendo colocada a relação entre educação e cidadania está contribuindo para garantir a cidadania dos diferentes segmentos da população, ou está apenas justificando e racionalizando a exclusão de muitos. Parece urgente refletir sobre o grau

de coerência global dos ideais de convívio social e político subjacentes ao pensamento pedagógico.

Se as forças de dominação mantêm um pacto de convivência para sua auto-preservação, representado por estratégias políticas, é necessário descobrir e dissecar essas estratégias para que se possa resistir ao seu domínio, não contribuindo ingenuamente para o seu reforço.

A fidelidade àqueles prismas, distantes apenas no tempo, motivou o estudo empreendido por educadores no sentido de analisar o desafio da Educação Comunitária como uma das possíveis formas de preparação das classes populares para a cidadania efetiva, e para a resistência frente ao contexto da correlação de forças sociais que tem inspirado a ação política no Brasil.

Costa (1988), analisando a questão da cidadania e sua expressão no País afirma que

(...) pensar a cidadania é pensar democracia. É sob o pano de fundo da democracia que um conjunto de direitos sociais, civis e políticos é assegurado aos indivíduos de um Estado-Nação. O reconhecimento e a garantia desses direitos são a segurança do indivíduo por um lado, das condições necessárias e indispensáveis à sua manutenção e, por outro lado, da sua participação na comunidade política do Estado Nacional. (p. 7)

A realização de projetos de Educação Comunitária levou, ao longo do tempo, ao levantamento do conjunto de idéias que informam esta modalidade alternativa de educação. Foi necessária a apreensão do

complexo das relações pedagógicas que se processam entre indivíduos e grupos engajados no interior das instituições sociais. A focalização de questões concretas por eles vividas e o saber gerado no processo de satisfação, ou não, de suas necessidades provavelmente permitiu a identificação dos mecanismos utilizados pela sociedade brasileira para a neutralização das iniciativas populares e a manutenção de seus privilégios.

O sistema de relações sociais numa sociedade de classes implica a hegemonia e a dominação de uma classe sobre a outra. Parte-se do pressuposto da existência de uma contradição fundamental entre as aspirações legítimas das classes populares e a ação pedagógica exercida pelas instituições que representam o poder constituído. Ainda que de forma não explícita, essa contradição gera a resistência das classes populares ao poder das classes dominantes, ao papel da educação como instrumento de reprodução de sua ideologia e manutenção da ordem social, do *status quo*. Organizam-se em campanhas, associações e movimentos sociais nos quais, unidos, enfrentam a dominação.

Algumas vezes, ao contrário, aquelas camadas sociais aderem ao tipo de educação que lhes é oferecido sem questioná-la, não percebendo que a educação pode ser um dos elementos de transformação da sociedade que as exclui de determinados bens e serviços (entre eles a educação formal de boa qualidade), ou mesmo exigem a intervenção do Estado que, assim legitimado, exerce seu poder de dominação atra-

vés da política educacional concretizada na legislação de ensino, no planejamento educacional e no âmbito de suas políticas sociais.

Aquela resistência das classes populares ao poder das classes dominantes muitas vezes se evidencia através da adesão a modalidades educacionais que transformam atividades sociais em modalidades alternativas de educação. Tais modalidades de educação se caracterizam pela variedade e flexibilidade de modelos quanto ao conteúdo, ao tempo de permanência no processo educativo e à estrutura organizacional. Entre elas, destacam-se as experiências educativas de base comunitária, como as desenvolvidas pelas instituições religiosas; pelos movimentos sociais organizados pela sociedade civil, campanhas e projetos governamentais; pelos partidos políticos, sindicatos, associações, grupos independentes; e, também pelo trabalho de desenvolvimento comunitário levado a efeito por profissionais do Serviço Social, conferindo uma multiplicidade de interpretações e sentidos ao termo Educação Comunitária, tais como: educação de adultos, animação sócio-cultural, educação popular e outras mais, exigindo reconsideração sobre essa desafiante modalidade de educação para a cidadania.

Há uma tendência de se pensar a cidadania em termos de direitos a receber, descuidando do fato de que se é, ou se poderá vir a ser o agente da existência desses direitos. Em vez de mera receptora, a população é, acima de tudo, sujeito daquilo que pode conquistar. Cidadania é

participação, é o próprio direito à vida em sentido pleno. Trata-se de direito que precisa ser construído coletivamente, qualquer que seja seu tipo: direitos civis (dispor do próprio corpo, locomoção, segurança etc.), direitos sociais (atendimento às necessidades básicas do ser humano: alimentação, habitação, saúde, educação etc.) ou direitos políticos (dizem respeito à deliberação do homem sobre a sua vida, à livre expressão do pensamento e prática política, religiosa etc.).

Esses três conjuntos de direitos, que compõem os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados pois, conforme Covre (1993), sua efetiva realização depende da relação recíproca entre eles. Por sua vez, são dependentes da correlação de forças econômicas e políticas do contexto para se efetivarem.

Parece ser fundamental que os atuais e futuros cidadãos identifiquem o caráter político, implícito ou explícito, das campanhas, programas, projetos e demais iniciativas desenvolvidas pelo Estado como políticas-sociais, ou por grupos comprometidos com a reprodução social, para que essas iniciativas não sejam interpretadas como doação à sociedade civil, mesmo que sejam realizadas em parceria Estado-Comunidade. É preciso que a sociedade civil seja capaz de resistir às tentativas de cooptação e de desvios no controle político co-gestionado dessas ações ditas comunitárias que poderão conduzir, conforme afirma Alvarenga (1991) à cidadania concedida e desejada na perspectiva das expectativas do Estado, conforme concepção liberal-burguesa que contradiz

o real perfil da maioria da população brasileira quanto ao acesso às condições mínimas de sobrevivência com dignidade, agindo como sujeitos de suas vidas e não como objetos manipuláveis.

Uma vez que se considere que não há possibilidade de atendimento total à demanda escolar quanto ao acesso e à permanência em escolas de qualidade (onde se daria a formação para a cidadania, por excelência), dentro do modelo tradicional de escola adotado no Brasil, perceber-se-á que há fortes indícios de que uma das possíveis soluções para a questão sócio-pedagógica da educação para a cidadania estaria na educação de grupos com interesses comuns, ligada à atividade profissional, ao local de moradia, ou mais que isto, a toda a práxis humana, em seus aspectos cívico, social, cultural e político. Essa educação se colocaria em oposição ao processo uniforme e estático da escolarização regular atual que se propõe formar o cidadão segundo modelos que, de forma sutil, visam a reproduzir a ordem social vigente, sem questioná-la.

Se naquela situação estática a educação se elabora dentro da escola e se irradia pela sociedade, na educação dinâmica de massa, conforme defendeu Dumerval Trigueiro Mendes (1964),

(...) o processo é bipolar, um pólo na escola e outro na própria sociedade, interpenetrando-se o dinamismo de uma e de outra de modo que a escola realize toda a sua possibilidade de educar-se a si mesma – valendo assinalar que, por causa da intervenção dialética entre os dois planos, a própria escola terá como uma de suas funções prin-

cipais estimular e orientar a capacidade de auto-educação da Sociedade. (p. 15)

É provável que as experiências educativas de base comunitária, que mobilizaram grande número de brasileiros e, com o passar do tempo, fracassaram ou foram esquecidas, se analisadas à luz dos mecanismos utilizados no jogo do poder pela moderna sociedade política brasileira, para conciliar seus interesses de dominação ao crescente desejo de participação popular na vida social e política, poderão permitir seu aproveitamento, no todo, ou em parte, em programas, planos e projetos educacionais, principalmente de pesquisa e extensão, que favoreçam o desenvolvimento qualitativo da Educação Brasileira (formal e não-formal), no sentido de adequação às necessidades de formação do cidadão participativo, não se constituindo em simples mudança de rótulo, modismo oportunista ou legitimação de interesses escusos de dominação, ou mero assistencialismo.

Trata-se de um desafio: colocar os valores coletivos acima dos individuais. Para enfrentá-lo não basta o domínio de técnicas e o engajamento político. É preciso aproximação com o povo. Compartilhar seus anseios, é preciso paixão que aproxime a educação formal da desenvolvida nas comunidades de modo não-formal. É preciso ver, ainda, a fome, a miséria, a violência, perceber intensamente as desigualdades geradas no contexto de uma sociedade de modo de produção capitalista. A esse respeito, Gramsci (1978) assim se expressa:

O erro do intelectual consiste em crer que

se possa saber sem compreender e, especialmente, sem sentir e ser apaixonado (não só do saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, crer que o intelectual possa sê-lo (e não um puro pedante) se distinto e afastado do povo-nação, isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as na determinada situação histórica e referenciando-as dialeticamente às leis da história, a uma superior concepção de mundo, científica e coerentemente elaborada: o saber. Não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem essa conexão fundamental entre intelectuais e povo-nação. São, ou se reduzem à relação de ordem puramente burocrática e formal: os intelectuais tornam-se mera casta ou sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). (p. 101)

A convivência estreita com as classes populares despertou nos educadores a paixão pela sua causa: a conquista da cidadania. Abraçou-se a idéia de que,

se forem desvendados os mecanismos utilizados para harmonizar interesses antagônicos (dominantes/dominados), programas de Educação Comunitária poderão ser considerados como uma das possíveis vias de sensibilização política das camadas subalternas da sociedade para a participação política, para o exercício da cidadania consciente e comprometida. Percebemos, através da obra de Debrun (1983) e da vivência no projeto da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) durante muitos anos, que a perspectiva, ou o projeto de educar comunitariamente, é um desafio e se justifica enquanto itinerário de co-educação política: educando e educadores apostando criticamente na fecundação das possibilidades sócio-políticas das comunidades, em sua potencial aptidão para a cidadania e em sua natural capacidade de resistência à dominação.

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: UM DESAFIO

Formar cidadãos – hoje um dos maiores desafios sociais e políticos – exige práticas que revolucionem o saber, exige competência e compromisso. Os processos adotados nas experiências brasileiras de base comunitária, como formas de resistência a estratégias políticas não-declaradas, se analisados em seus fundamentos teóricos e manifestações práticas, provavelmente evidenciarão que, de forma adequada ou não, tais experiências procuraram um redirecionamento das oportunidades educacionais e da participação social,

onde as classes populares não mais seriam excluídas. Seus idealizadores certamente perceberam que as crianças, os jovens e os adultos, em sua totalidade, precisavam ser protagonistas com os conhecimentos necessários à leitura da sociedade em que viviam, a partir de seus saberes, seus costumes, sua cultura, sua condição de sujeitos da história da sociedade brasileira.

Iniciativas e experiências de base comunitária têm se constituído, através dos tempos, em uma modalidade de Educação Popular, no sentido adotado

por Brandão (1981), de luta política comprometida com as preocupações e problemas do oprimido, na qual o educador se alia, simpática e empaticamente, com o povo. Se consideradas assim, uma modalidade de Educação Popular (co-produzida pelas classes subalternas, não-oficial), as propostas de Educação Comunitária vivenciadas nas últimas décadas poderiam ter sido, ou estar sendo orientadas, conforme explicou Wanderley (1984), em um dos seguintes sentidos:

a) de integração, visando a popularizar a educação oficial, integrando o povo à cultura e ao desenvolvimento, sob a hegemonia das classes dominantes;

b) de orientação nacional-desenvolvimentista, visando à distribuição dos benefícios do progresso social e econômico, sem questionar a legitimidade do desenvolvimento e seu custo social;

c) de libertação, incentivando uma participação política mais ampla, problematizando a ordem capitalista e mobilizando para uma mudança profunda no sistema, a partir de seu questionamento fora dele, na sociedade civil.

A análise das características apresentadas por movimentos, campanhas, projetos e programas realizados nas últimas décadas, certamente nos permitirá identificar-lhes o sentido, mediante a percepção das estratégias ou mecanismos de manutenção da ordem social brasileira utilizados na harmonização de interesses antagônicos, teoricamente inconciliáveis, que muitas vezes desvirtuaram ou sufocaram aquelas iniciativas.

Para que o trabalho desenvolvido nas experiências brasileiras de base comunitária seja identificado com o ideário da Educação Comunitária, entendida por nós como uma das possíveis vias de sensibilização das classes populares para o exercício consciente da cidadania, denunciando, não um jogo retórico, mas uma preocupação autêntica de retirar as classes populares de sua inferioridade cultural, um processo de comunhão de interesses, de solução de problemas comuns, torna-se necessário esclarecer, como fez Carneiro (1987), que a Educação Comunitária deriva de uma clara opção política, não se configurando como instrumento de inadvertidas intenções ou de sutis tentativas estratégicas de recuperação comunitária, realizadas através de atividades paternalistas ou assistencialistas (feitas para o oprimido, tornando pública sua suposta incapacidade de ação como sujeito, reforçando seu sentimento de inferioridade cuidadosamente introjetado pela sociedade liberal brasileira).

Como o autor citado, desde os primeiros estudos sobre o assunto, percebe-se que o sentido que norteia o projeto de Educação Comunitária capaz de transformar o oprimido em cidadão participante na construção da história brasileira deveria ser o de libertação. A análise das estratégias e mecanismos utilizados pelas forças políticas dominantes para a manutenção de seu poder de dominação provavelmente auxiliará a identificação de ações educativas proclamadas comunitárias mas que, na prática, apenas excluem as classes popula-

res da possibilidade de exercerem o direito à cidadania. A partir da crítica àquelas ações, será possível, provavelmente, a organização democrática de sua vida associativa, num processo de aprendizagem do tipo autogestionário, a criação uma pedagogia do cotidiano, uma autêntica educação comunitária.

Nos últimos anos, grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos, campanhas e projetos próprios, têm desenvolvido um novo conceito de cidadania – a cidadania coletiva – capaz de enfrentar o poder político constituído e suas estratégias de manutenção, desarmar seus mecanismos de ação e será esse cidadão coletivo, que exige direitos e cumpre deveres baseados em interesses coletivos de diversas naturezas, o foco do movimento educativo ao qual denominamos Educação Comunitária e que a ICEA-AL (International Community Education Association - América Latina) denomina Educação Popular Comunitária.

Em seminário realizado em São Paulo, de 28 de abril a 4 de maio de 1991, relatado por Gadotti (1992), foram discutidas idéias sobre conceito de educação popular comunitária que se constituíram em uma espécie de “carta de princípios” da ICEA-AL: entendia-se a educação comunitária como “uma das formas de expressão da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos setores excluídos, através dos movimentos populares emergentes na América Latina, que estão organizados em grupos de base, comunidades, municípios etc” (p. 150).

O autor destaca neste conceito a relação entre educação popular e educação comunitária que ocorre no que se refere à questão da “qualidade de vida dos setores excluídos”, através de “movimentos populares”. Dessa forma a educação popular comunitária procura encontrar seu campo próprio, não se confundindo com a educação popular em geral, nem com a educação de adultos ou não-formal. Se o paradigma da educação popular, inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na conscientização sua categoria fundamental, a prática e a reflexão sobre o exercício da educação popular levou-as incorporar outra categoria não menos importante: a da organização, porque não basta estar consciente, é preciso organizar-se para enfrentar a situação vigente e transformá-la. É ainda Gadotti quem afirma que “embasada na mesma racionalidade política vigente na educação popular, a educação comunitária está mais inserida nas novas alternativas de produção” (p. 151).

Trabalhando com a categoria “produção” (associada às categorias “conscientização” e “organização”), a Educação Comunitária procura formas de aprendizagem na produção, considerando-se a realidade das populações marginalizadas, excluídas do modo de produção dominante. Experiências de educação popular comunitária incorporam, de forma articulada, os eixos do produtivo, do organizativo e do educativo e seus campos de ação podem estar tanto na escola formal, como na educação não-formal, nas organizações

econômicas populares, nas escolas produtivas, em micro-empresas ou movimentos populares e sociais.

Desvendar a trama tecida pelo poder constituído na sociedade brasileira atual para a manutenção do poder, conferindo privilégios aos já privilegiados, revelada de forma sutil no desmonte de iniciativas populares de união entre os oprimidos para, juntos, superarem sua situação de oprimidos e conquistarem a cidadania tornou-se um desafio para todos os que sonharam um dia e ainda persistem no sonho de uma sociedade justa. As contribuições da Ciência Política,

da Economia e da Sociologia vêm auxiliando o enfoque dos sistemas educacionais numa perspectiva nova. A escola vai perdendo seu papel de redentora da humanidade, num mundo em que os conflitos estão mais perceptíveis e que os espaços de resistência se ampliam pela incompetência do poder em manter a educação apenas como reprodutora da estrutura social vigente. Essa mudança de papéis vai educando os educadores dentro das situações de conflito, desenvolvendo-lhes seu potencial crítico e sua capacidade de mobilização social, unindo as lutas pedagógicas às lutas sociais.

CONCLUSÃO

Cabe ao educador interrogar-se sobre sua função nessa sociedade em que vivemos, sobre a finalidade de sua prática, a validade, ou não, de seu engajamento em determinadas modalidades formais, não-formais ou informais de educação, o que não se resume em saber se reproduz ou pode transformar a sociedade. A trama da relação de poder dentro e fora da escola, na família e na sociedade é numerosa e nem sempre evidente.

Conhecer essas forças, identificar as faces e as formas utilizadas pelo poder econômico e político para neutralizar as lutas pela conquista da cidadania travadas pelos movimentos populares comunitários e para manter as classes populares afastadas da participação, certamente auxiliará o desenvolvimento de ações comunitárias que auxiliem na construção da cidadania coletiva, tão necessária à popula-

ção brasileira em seu estágio atual de desenvolvimento.

Segundo Gohn (1992):

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para uma elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivos: não se espera um cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção de um bem por ser um direito social. (p. 18)

Tudo indica que experiências vivenciadas pelos componentes de grupos que se educaram comunitariamente no exercício da prática cotidiana nos movimentos, campanhas e projetos sociais, enfrentando pressões, marginalidade, negação de direitos e

outros constrangimentos, podem e devem ser resgatadas no imaginário coletivo do grupo, subsidiando a leitura do presente. O passado e o presente se fundem transformando-se em força social coletiva organizada, onde não se

tem medo do que foi inculcado como inacessível, ou proibido. Aprende-se a perceber e decodificar as restrições e proibições, o poder da linguagem e das idéias expressas em lugares e ocasiões adequadas.

.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARNEIRO, M. A. **Educação comunitária: faces e formas.** Belo Horizonte: CENAEC, 1987.
- COSTA, M. D. Movimentos sociais e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil. **Revista de administração pública**. FGV, 22(2), p.3-10.
- COVRE, M. de L. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- DEBRUN, M. **A conciliação e outras estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GADOTTI, M. **Escola vivida, escola projetada.** Campinas/SP: Papyrus, 1992.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, A. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- MENDES, D. T. Para um balanço da educação brasileira. In: **Revista de cultura Vozes**, 69 (2), p. 6.
- WANDERLEY, L. E. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e Política do Movimento de Educação de Base.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.